

Nacional desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: notas sobre a questão nacional e social

Alessandro Rodrigues Chaves¹

Resumo. O artigo procura comparar o novo-desenvolvimentismo e o ideário do nacional desenvolvimentismo característico do Brasil a partir da década de 1930, mas, sobretudo na década de 1950. Seleccionamos dois aspectos para desenvolver e comparar: a autonomia nacional e a questão social. Diante da exposição e comparação de ambos os modelos econômicos, percebemos que a autonomia nacional e a questão social se apresentam de maneiras distintas nos dois modelos. No novo-desenvolvimentismo a questão da autonomia nacional se refere ao controle da estabilidade macroeconômica, em especial o controle do câmbio, e o impulso à inserção internacional das empresas internas. A “questão social” é entendida como a introdução de ampla parcela da população no mercado consumidor. Para o nacional desenvolvimentismo a questão nacional é entendida como a conquista do poder de decisão da política econômica e sua aplicação em benefício das necessidades reais da população, o que propiciaria a melhoria das condições sociais. Na perspectiva do nacional desenvolvimentismo, a autonomia nacional é a condição para a superação da precarização social.

Palavras-chave: nacional desenvolvimentismo; novo-desenvolvimentismo; social-desenvolvimentismo; autonomia nacional; questão social.

Abstract. National developmentalism and new-developmentalism: notes on the national and social question. The article tries to compare the new developmentalism and the ideology of the national developmentalism characteristic of Brazil from the 1930s, but especially in the 1950s. We selected two aspects to develop and compare: national autonomy and the social question. In view of the exposure and comparison of both economic models, we perceive that national autonomy and the social question are presented in different ways in the two models. In new-developmentalism the question of national autonomy refers to the control of macroeconomic stability, especially the control of the exchange rate, and the impulse to the international insertion of the internal companies. The social question is understood as the introduction of a large part of the population in the consumer relations. For national developmentalism the national question is understood as the conquest of the power of decision of the economic policy and its application to benefit the real needs of the population, which would improve the social conditions. In the perspective of national developmentalism, national autonomy is the condition for overcoming social precarization.

Keywords: national developmentalism; new-developmentalism; social-developmentalism; national autonomy; social question.

1 Introdução

As políticas econômicas adotadas, sobretudo, a partir de 2008 no Brasil, fez emergir o debate sobre uma “nova matriz econômica” denominada *novo-desenvolvimentismo*. O conceito se refere a uma postura política e econômica que procura se diferenciar do neoliberalismo que

¹ Doutorando em ciências sociais pela UNESP – Campus Araraquara, ale.r.chaves@hotmail.com.

vigorou no país durante a década de 1990. Destaca ainda a questão social como um elemento capaz de impulsionar o desenvolvimento e o crescimento econômico.

Não é possível retomar o tema do desenvolvimentismo sem se referir às políticas econômicas praticadas no Brasil no período de 1930 até 1964. Espaço de tempo caracterizado como nacional desenvolvimentista, cuja principal proposta era industrializar e modernizar o país, através do modelo de substituição de importações e da conquista da autonomia nacional frente às intervenções estrangeira.

Este artigo procura comparar as duas propostas desenvolvimentistas. Destacando, como elementos a serem comparados, a questão da autonomia nacional e a resolução da questão social. Mesmo com significativa diferença temporal os modelos guardam semelhanças, principalmente ao reduzir a resolução dos problemas sociais à mera constituição de um mercado interno consumidor. Mas apresentam diferenças bruscas, acima de tudo, na discussão acerca da autonomia nacional, questão praticamente abandonada pelo novo-desenvolvimentismo.

2 O nacional desenvolvimentismo: o contexto

As condições históricas que impulsionam o emergir do ideário e da política econômica desenvolvimentista no Brasil se encontram na década de 1930. Especialmente nos desdobramentos da crise capitalista de 1929. As consequências dessa crise afetaram diretamente a economia, a configuração política e a sociedade brasileira. Identificamos, principalmente, três implicações resultantes do cenário de crise: 1) o declínio das políticas econômicas liberais orientadas, sobretudo, pela teoria neoclássica e a emergente influência das teses keynesianas; 2) os impactos que a crise exerce sobre os setores exportadores brasileiros; 3) a identificação de uma dependência diante dos países centrais, pois nos momentos de crise, e no período de guerras, a economia brasileira apresentava uma extrema vulnerabilidade devido à queda das exportações e da dificuldade de adquirir produtos importados.

Colocava-se para as economias pautadas pela exportação de bens-primários, a necessidade de dar continuidade ao processo de acumulação de capital por outras vias. Abria-se a possibilidade de efetivar no país um processo de industrialização e modernização que possivelmente superasse as condições características do *subdesenvolvimento*. O caminho proposto era o da industrialização com objetivo de substituir os produtos importados pelas classes dominantes, com a pretensão de superar a dependência e a vulnerabilidade, na medida em que se internaliza a produção de produtos industrializados, assim como a internalização dos processos de decisão, superando o fato de que o controle dos processos de decisão esteja

submetido às oscilações do comércio internacional e às determinações das classes dirigentes exógenas.

Por mais que o desenvolvimentismo pode ser entendido como uma “[...] ideologia de superação do subdesenvolvimento nacional com base numa estratégia de acumulação de capital na indústria [...]” (BIELSHOWSKY, 2012, p. 250). A superação do *subdesenvolvimento* não deve ser reduzida somente às suas características econômicas, pois compõe a ideia de desenvolvimento a superação de uma estrutura política oriunda de um país de origem colonial, das precárias condições de vida da grande massa da população e a conquista de autonomia política e econômica em relação aos países centrais. Todos esses elementos compõem uma totalidade, evidenciando que a superação do subdesenvolvimento não se trata somente da eliminação de um dos seus aspectos, mas da condição estrutural que causa e reproduz suas características. Essa totalidade e sua reprodução foi bem apontada por Celso Furtado ao focar nos padrões de consumo *modernos* das classes proprietárias brasileiras:

O subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre processo interno de exploração e processo externo de dependência. Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada terá que ser a renda. Portanto, se aumenta a dependência externa, também terá que aumentar a taxa interna de exploração. Mais ainda: a elevação da taxa de crescimento tende a acarretar agravamento tanto da dependência como da exploração interna. *Assim, taxas mais altas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento, tendem a agrava-lo, no sentido de que tendem a aumentar as desigualdades sociais.* (FURTADO, 1974, p. 94. Grifo nosso).

A superação do subdesenvolvimento requer um esforço das classes proprietárias, assim como da classe trabalhadora e do direcionamento do Estado para superar as características do subdesenvolvimento, a dependência, o padrão de acumulação – em um primeiro momento primário exportador e mais tarde a própria industrialização pautada pela substituição de importações – e, principalmente, em nosso entendimento, e no de Furtado (idem, p. 95) das condições precárias de vida da grande maioria da população:

[...] principais características de subdesenvolvimento: grande disparidade na produtividade entre áreas rurais e urbanas, uma grande maioria da população vivendo em um nível de subsistência fisiológica, massas crescentes de pessoas subempregadas nas zonas urbanas, etc.

A ideologia do nacional desenvolvimentismo pode ser entendida no sentido gramsciano, como aponta Oliveira (2003) para caso da Comissão Econômica Para América Latina (CEPAL), por sua capacidade de orientar políticas econômicas da qual a década de 1950 é o exemplo mais significativo para o caso brasileiro, como aponta Mantega (1987)². O Estado,

² Na obra citada, boa parte do primeiro capítulo de Mantega é destinado a evidenciar como a ideologia desenvolvimentista se torna política econômica do Estado, ver principalmente da página 63 a 76.

orientado, em certa medida, pela ideologia nacional desenvolvimentista, foi o grande agente das políticas que visavam superar o subdesenvolvimento. Inaugurava-se um período, a partir da “Revolução de 1930”, mas, sobretudo em meados da década de 1950, em que as teorias, as políticas, e as forças sociais se orientavam para o desenvolvimento do moderno capitalismo no país, tendo a expectativa de superar o subdesenvolvimento. O que não quer dizer que o todo da Teoria Cepalina fosse aplicada pelos governos desenvolvimentistas.

2.1 Industrialização e autonomia

Superar a vulnerabilidade diante das oscilações do mercado mundial significava, acima de tudo, industrializar o país. É a partir da década de 1930 que o pensamento industrializante ganha espaço. Personagens como Robert Simonsen emergem com significativa influência neste período, polarizando o debate com os defensores da “vocação agrária”, e da ortodoxia econômica como o economista Eugênio Gudin. A defesa da industrialização pelo primeiro já é verificável em 1931 – evidente que como um grande industrial paulista não poderia ser diferente, contudo, o que queremos destacar é que neste período já há um relativo espaço para a defesa de uma política industrial:

É numa política industrial fundada com base racionais adequadas às condições de nosso meio que teremos que ir buscar, principalmente, a produção dos valores em bens sociais de que necessitamos para o rápido aumento de nosso poder aquisitivo e porque não dizel-o, com os benéficos reflexos de adiantamento de processos de trabalho que a industrialização sempre conduz. Essa política industrial acarretará, por sua vez, uma maior evolução agrícola. A agricultura receberá os influxos dos processos científicos adotados na indústria. A classe agrícola por seu turno aplicará parte de suas economias nos títulos industriais. (SIMONSEN, 1932 [1931], p. 247).

É expresso o desejo de que seja a indústria o elemento dinâmico do capitalismo no país. A teoria mais acabada que vai enfatizar a necessidade da industrialização nos países latino-americanos é a da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). Contrariando os argumentos de autores que diziam que a ausência de desenvolvimento e industrialização se devia a um estágio necessário do capitalismo, e que no futuro o próprio mercado se encarregaria de promover o desenvolvimento, os economistas da CEPAL percebiam que o subdesenvolvimento possuía relações estruturais com o desenvolvimento dos países centrais.

Tratava-se de um questionamento frente à teoria das vantagens comparativas, assinalando que a divisão internacional do trabalho resulta em formas desiguais de desenvolvimento. Em outros termos, a existência de países especializados em exportação de produtos primários e de países especializados em produtos industrializados, resultava, no comércio entre os dois países, em prejuízo para os primeiros.

Uma economia de origem colonial, especializada em produção de bens primários para exportação, deve recorrer à importação de bens de capital e de consumo duráveis para garantir tanto o padrão de consumo das elites quanto o padrão de acumulação interna. É nessa troca que reside a *deterioração dos termos de trocas*, identificada pela Teoria Cepalina:

Ao discutir o desenvolvimento calcado na referida divisão internacional do trabalho, o documento [trata-se do trabalho desenvolvido pela CEPAL em 1949: *Estudio Económico de América Latina*] verifica que os ganhos de produtividade foram substancialmente maiores na indústria ante a atividade primária. Ao constatar, no entanto, que, ao contrário do que sugeria a teoria das vantagens comparativas, isso não se traduziu em uma queda de preços relativos dos bens industriais ante os agrícolas, indicando um bloqueio na propagação do progresso técnico conduzindo à deterioração dos termos de trocas entre os dois grupos de países. Tal deterioração terminava por agudizar, por meio da redução da capacidade para importar, aquela que seria a maior restrição ao desenvolvimento periférico: a restrição de divisas ou, mais propriamente, a restrição externa. (CARNEIRO, 2013, p. 8).

Os preços dos bens industriais não sofriam quedas diante dos bens primários, devido, segundo a Teoria Cepalina,

[...] à rigidez salarial tanto pela transmissão dos ganhos de produtividade aos salários nas fases de expansão, quanto pela maior resistência à sua queda nas recessões, em razão da maior organização dos trabalhadores, reflexo do menor excedente de força de trabalho em tais economias. (IBIDEM).

Diferente era o caso brasileiro, na qual a maior flexibilidade dos salários imperava devido ao excedente estrutural de força de trabalho. A saída cepalina se concentra, portanto, na necessidade de se efetivar um processo de substituições de importações, ou seja, internalizar a produção de bens industriais antes importados. Nessa perspectiva reside também, a pretensão de que a industrialização absorva o excedente de mão de obra, de modo a propiciar relativos ganhos salariais ampliando o mercado consumidor interno:

A saída para essa situação reside, segundo a CEPAL, na implementação de uma política deliberada de desenvolvimento industrial, que promova uma reforma agrária, melhore a alocação dos recursos produtivos e impeça a evasão da produtividade. Trata-se de reverter o eixo básico da economia, até então voltada “para fora”, para o desenvolvimento voltado “para dentro”, ou seja, baseado na industrialização para o mercado interno. (MANTEGA, 1987, p. 39).

A execução desta tarefa cabe, sobretudo, ao Estado, entendido como a instituição capaz de impulsionar o desenvolvimento através do processo de substituição de importações, daí o tom nacionalista do desenvolvimentismo brasileiro (IBIDEM). E por meio dele é que se pretendia alcançar a autonomia, superando os entraves impostos pelos países centrais ao desenvolvimento nacional. Mesmo que não descartasse a participação do capital estrangeiro, como aponta Mantega (1987), a pretensão de internalizar os processos de decisão era constante na Teoria Cepalina.

Em texto de 1962 – momento em que ocupava o cargo de Ministro do Planejamento no Governo João Goulart –, Celso Furtado deixa claro em suas formulações a necessidade de se internalizar o centro de decisão. Considerava o então ministro que o caminho para se alcançar uma relativa autonomia já havia se iniciado na década de 1930, momento que significava “[...] a descontinuidade do módulo histórico de nosso desenvolvimento. Essa descontinuidade marca, no Brasil, o encerramento da economia de tipo colonial.” (FURTADO, 1962, p. 109). O encerramento da economia de tipo colonial marca a transferência “[...] para o próprio território nacional, do centro principal de decisões relacionadas com a vida econômica do país.” (IDEM, p. 110).

Os fatos políticos e econômicos do período pós 1930 forneciam sustentação para tal afirmação. A política industrializante do Primeiro Governo Vargas, o tom antiliberal e a ênfase no planejamento, condiziam com a ideia da internalização do centro de decisão.

Não nos podemos conformar...com sermos apenas um país exportador de matérias-primas, porquanto essa condição é própria de países semicoloniais. Temos que tratar das nossas indústrias de transformação, da exportação de produtos manufaturados e da sua colocação nos mercados externos, de maneira a adaptar o nosso comércio às suas exigências, às suas peculiaridades e aos rumos seguidos pela nossa economia. Não nos devemos vincular à doutrina uniforme, mas nos adaptarmos às condições e às necessidades de cada país no plano das relações comerciais. (VARGAS, 1939, apud, IANNI, 1971, p. 27).

Assim, apresentam-se elementos que indicam que o país havia conquistado relativa autonomia frente às oscilações do comércio internacional. Ao ter internalizado o centro de decisão, o Brasil não restringiria sua economia somente à exportação de produtos primários, mas procuraria direcionar os esforços para sua industrialização e expansão do mercado interno, superando, aparentemente, a situação de subordinação aos mercados centrais. Essa característica, entre outras, permitia que Andre Gunder Frank desenvolvesse a hipótese de que quanto menos integrado ao comércio dos países centrais, mais havia a possibilidade de os países “satélites” se desenvolverem: “Una segunda hipótesis es que los satélites sufren su mayor desarrollo industrial capitalista clásico cuando y allí donde sus lazos con la metrópoli son débiles.” (FRANK, 1967, p. 167).

O período que vai de 1930 a 1945 é marcado por aspectos nacionalistas, protecionistas, de participação estatal, assim como relativa condenação, por parte do Estado, da participação das empresas estrangeiras. O vigor nacionalista característico do Segundo Governo Vargas e seus pronunciamentos contra a introdução do capital estrangeiro demonstram que, pelo menos até 1954 – ano de seu suicídio – o direcionamento das ações do Estado para desenvolver o capitalismo “para dentro” eram evidentes, e a permanência dessa política durante o segundo

período de Vargas na presidência já faziam emergir uma forte oposição aos aspectos nacionalistas e trabalhistas de seu governo.

O que talvez passasse despercebido pelos governos nacional desenvolvimentistas deste período – basicamente os Governos Vargas –, assim como pela Teoria Cepalina em geral, era que o capital estrangeiro e seus interesses já eram uma realidade efetiva no país, com capacidade para influenciar e quiçá direcionar a economia. Empresas estrangeiras voltadas para o mercado interno e investimentos em infraestrutura para a expansão do complexo cafeeiro já contavam com a participação do capital externo³. A inclinação das forças internas em direção a associação com o capital estrangeiro contribuem para que a participação deste seja decisiva no período que vai de 1954 a 1964.

A orientação do Estado, no período posterior a 1954, será a de intensificar o tripé do desenvolvimentismo: Estado, capital estrangeiro e capital nacional. As políticas de Juscelino Kubstcheck (JK) caminham neste sentido. Tanto os contextos externos como o interno são decisivos para a compreensão das políticas do governo desenvolvimentista de Juscelino Kubistheck. No plano externo se destacam o fim da Segunda Guerra Mundial, a recuperação das economias centrais e a hegemonia dos Estados Unidos – embora ainda em concorrência com o regime soviético. No plano interno, o acirramento das tensões entre as classes sociais após o suicídio de Vargas, no qual as pautas giravam em torno das políticas trabalhistas, da intervenção estatal, do nacionalismo e etc.

O Plano de Metas do Governo JK “[...] seria uma expressão possível das tendências do subsistema econômico brasileiro, em combinação com as tendências do sistema capitalista mundial, sob a hegemonia dos Estados Unidos.” (IANNI, 1971, p. 145). O ambiente econômico interno se distingue do da década de 1930. Já há um significativo desenvolvimento industrial capaz de proporcionar relativa dinâmica para o capitalismo brasileiro. Assim, o Plano de Metas não tinha como objetivo substituir o sistema agrário exportador pelo industrial, mas intensificar a dinâmica interna do capitalismo sobre bases já existentes. Tratava-se da intensificação da dinâmica interna do capitalismo via Estado com a participação do capital das economias centrais que estavam em pleno desenvolvimento. O reconhecimento do Estado como o agente

³ “Mais sólido é um setor particular da indústria brasileira que se veio desenvolvendo sobretudo a partir da Primeira Grande guerra: refiro-me às indústrias subsidiárias de grandes empresas estrangeiras. Trata-se em regra de empresas que operando já de longa data no mercado brasileiro onde vendem seus produtos, acabam instalando-se no país para contornarem o obstáculo das tarifas alfandegárias, aproveitando-se de mão de obra barata, ou por uma questão de facilidade de transporte. Montam então indústrias subsidiárias no Brasil que são como prolongamentos delas, uma seção de acabamento dos produtos. O processo de produção fica dividido em duas partes: a primeira é realizada na matriz; a última, na filial instalada no Brasil.” (PRADO JR., 2010, p. 266).

indispensável do processo de intensificação do capitalismo brasileiro se dava em âmbito interno, devido ao perfil e às incapacidades da burguesia interna, e também

[...] por parte dos empresários e governantes dos países ‘desenvolvidos’, particularmente os Estados Unidos, de que a participação do Estado nas decisões e realizações ligadas à economia poderia ser uma garantia, em lugar de um risco, para os seus investimentos e as suas transações. (IDEM, p. 152).

No referido texto de 1962, Furtado, mesmo exaltando a suposta conquista do centro de decisões, já era consciente dos elementos que poderiam ameaçar a autonomia alcançada:

O desenvolvimento industrial firmado no mercado interno tornou possível um grau crescente de autonomia no plano das decisões que comandam a vida econômica nacional. Essa autonomia poderia haver sido cortada, caso os setores básicos da atividade econômica houvessem sido subordinados, desde o início aos grupos concorrentes que dominavam o mercado internacional. (FURTADO, 1962, p. 111).

É possível aventar a hipótese de que sobressaia nas teses de Furtado, deste período, assim como as teses cepalinas em geral, o aspecto da eventual conquista do poder interno de decisão – pois, como vimos, este aspecto sempre foi pauta da teoria do nacional desenvolvimentismo. Entretanto, a condição estrutural de dependência e a não mobilização do conjunto das forças sociais, principalmente a burguesia nacional, em torno de um projeto nacional que visasse outra maneira de desenvolvimento que não o associado aos capitais estrangeiros, mostraria a utopia não realizável das teses cepalinas.

A conquista da autonomia nacional e um Estado capaz de conduzir o desenvolvimento econômico são condições para o desenvolvimento tal como pensado pela CEPAL e, em especial, por Celso Furtado. Aspecto que, como veremos adiante, não se apresenta de maneira semelhante na teoria e na prática política do novo-desenvolvimentismo.

O golpe de 1964 marca o fim das pretensões desenvolvimentistas, assim como o fim da perspectiva de a sociedade conquistar o poder de decisão sobre os rumos da economia do país. Ficava evidente que mais do que garantir um centro interno de decisões era necessário que as classes sociais – e suas frações – se mobilizassem em torno de um projeto que superasse a condição estrutural de dependência. A conquista de um centro interno de decisão, tal como pensou Furtado, e a industrialização, não eram suficientes para superar a dependência, na medida em que todo o processo ocorreu com participação e em acordo com os interesses dos países centrais. A política econômica do período ditatorial assumidamente integrada aos mercados internacionais, embora ainda, considerada desenvolvimentista, não questionaria a participação do capital internacional, pelo contrário, encontraria nele o parceiro ideal para conduzir o processo de desenvolvimento associado.

2.2 O Desenvolvimentismo e a questão social

Podemos afirmar que a questão social para os que se colocaram a favor das políticas econômicas desenvolvimentistas está atrelada ao desenvolvimento econômico. Robert Simonsen já em 1931 anunciava estar na industrialização a melhoria das condições sociais da população brasileira:

A vida social exteriorizando assim factos economicos, é pela actuação nestes ultimos que poderemos obter o relativo bem estar de que carecemos. Necessitamos levantar o padrão de vida brasileiro, augmentar o nosso poder aquisitivo e valorizar o homem no Brasil. Dêem á indústria o que ella necessita: aparelhamentos financeiros de que dispõem as nações civilizadas, leis harmonicas de defesa da producção, liberdade de actuação dentro do mercado brasileiro pela suppressão das barreiras inter-estaduaes e a industria poderá concorrer poderosamente para o enriquecimento do Brasil com sadios reflexos em nossos problemas sociaes e na organização politica administrativa de que carecemos. (SIMONSEN, 1932 [1931], p. 255).

Ainda, dentro do pensamento econômico, tendo como referência o ideário do período, percebe-se que a melhoria da situação social se relaciona com a consolidação de um mercado consumidor interno. Isso pode ser identificado nos documentos da época como a Carta da Paz Social sugerida na Conferência Nacional das Classes Produtoras, da qual resultou a famosa Carta de Teresópolis de 1945:

Os empregadores e empregados que se dedicam, no Brasil, aos vários ramos de atividade econômica reconhecem que uma sólida paz social, fundada na ordem econômica, há de resultar precipuamente de uma obra educativa, através da qual se consiga fraternizar os homens, fortalecendo neles os sentimentos de solidariedade e confiança.

Para apressar um tal resultado, e como medida preliminar, reconhecem a necessidade de assegurar dentro do país um largo período de cooperação para que se possa processar o desenvolvimento de suas forças produtivas e a elevação do padrão de vida do brasileiro; e para isso é indispensável promover o aumento da renda nacional e sua melhor e mais vasta distribuição, com o melhor aproveitamento dos recursos do país, o qual poderá ser obtido pondo em execução um planejamento econômico amplo e objetivo, nos termos da Carta de Teresópolis. (Observatório Econômico e Financeiro, apud, BIELSHOWSKY, 2012, p. 302).

Alcançando os objetivos econômicos, a distribuição dos recursos acarretará em melhores condições para os setores subalternos. Assim se percebe, entre os desenvolvimentistas, no âmbito social, a importância da consolidação de um mercado consumidor interno:

Não só por motivo de solidariedade social, mas de conveniência econômica, deve ser o mais rapidamente possível aumentado o poder aquisitivo da população, principalmente rural, visando incrementar a prosperidade do país e fortalecer o mercado consumidor interno. (Carta da Paz Social, apud. BIELSHOWSKY, 2012, p. 304).

A questão social, de melhoria da vida da população em geral, desde a década de 1940 pelo menos, é entendida como a inserção da população nas relações capitalistas. Esta forma de

pensar e de propor políticas é importante para nossos objetivos pois vai reaparecer com fundamental importância no projeto do novo-desenvolvimentismo na medida em que, em teoria, o consumo interno é um dos principais impulsionadores do crescimento econômico ocorrido depois de 2006, como veremos adiante.

A indústria brasileira necessariamente era voltada para o mercado interno devido à impossibilidade de competir no mercado mundial. Necessitava ainda de proteção estatal para concorrer internamente com os produtos importados. Desenvolver um mercado interno consumidor, portanto, era fundamental para a concretização da efetiva industrialização.

Contudo, não havia por parte dos desenvolvimentistas, uma teoria social, ou mesmo um desenvolvimento teórico articulado de como melhorar as condições gerais de vida da população do país. Era a consolidação de um capitalismo industrial e moderno que superasse o “atraso”, a condição para a melhoria de vida de toda a nação. Este pensamento se refletia em instituições como a CEPAL e mesmo em institutos do próprio governo durante a década de 1950⁴:

Essas medidas [desenvolvimentistas] deveriam modificar a estrutura econômica da periferia, propiciando a elevação e a retenção da produtividade e, finalmente, resultar em alterações na estrutura social e política a partir da extensão dos benefícios do desenvolvimento para a maioria dos grupos sociais. (MANTEGA, 1987, p. 41).

Celso Furtado também incorporava tais ideias. A melhoria das condições de vida estaria atrelada, para o autor, pelo menos em 1962, ao desenvolvimento econômico, isso na medida em que se pretendesse alcançar a autonomia nacional:

Havendo tomado consciência de nosso subdesenvolvimento e havendo definido como aspiração social máxima a melhoria das condições de vida do povo, - *objetivo só alcançável através do desenvolvimento econômico*, - fomos inapelavelmente conduzidos a reformular as funções do Estado. (FURTADO, 1962, p. 73. Grifo nosso).

Como aponta Bielshowskey (2012), correntes do desenvolvimentismo que estavam presentes em instituições propondo e aplicando políticas de cunho desenvolvimentistas não privilegiavam as “questões sociais”, mesmo quando entendida como distributivas: “Seu otimismo desenvolvimentista impedia que, à exceção da questão dos desequilíbrios regionais, viessem àquela altura a dar ênfase a preocupações distributivas, como fariam pouco depois.” (BIELSHOWSKI, 2012, p. 408). Portanto, todas as possibilidades de melhoria das condições de vida da população estavam atreladas ao desenvolvimento econômico e à industrialização. É significativo que Celso Furtado reconheça esta forma de pensar:

⁴ Instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Conselho de Desenvolvimento Econômico, da SUDENE e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) entre outras (BIELSHOWSKI, 2012, p. 408).

Naquela época, dávamos por certo que o desenvolvimento econômico e sua mola principal, a industrialização, eram condição necessária para resolver os grandes problemas da sociedade brasileira: a pobreza, a concentração da renda, as desigualdades regionais. (FURTADO, 2007, p.20).

Não foi o que ocorreu. A década de 1960 demonstrará efetivamente os limites das teses desenvolvimentistas referentes à questão social. Ficará evidente que o crescimento econômico e a industrialização – concretizados na década de 1950 – não se revelaram capazes de eliminar os “grandes problemas da sociedade brasileira”. Pelo contrário, ficará cada vez mais nítida a intensificação desses problemas. As políticas desenvolvimentistas, a plena implantação das relações de produção capitalista (a industrialização e a modernização da sociedade), não resultaram automaticamente em melhorias sociais:

Na prática, a resposta revelou-se negativa à medida que aumentavam a concentração de renda e as desigualdades sociais dessas populações ao longo dos anos 50, apesar da industrialização em curso, levando a CEPAL a repensar suas teses e a se preocupar mais diretamente com os problemas sociais e políticos (MANTEGA, 1987, p. 41).

Ficava nítido que a melhoria das condições sociais de grande parte da população não dependia apenas de aspectos econômicos, mas também da dinâmica das classes sociais e seus enfrentamentos, como reconhece Oliveira (2003, p. 113):

O preço pago pelo otimismo cepalino-furtadiano, ao desconhecer a questão operária, obscureceu também a forma autoritária de que necessariamente se revestiria a modernização capitalista; nos termos de Florestan Fernandes, subestimou-se a radical impossibilidade utópico-revolucionária da dominação burguesa na periferia [...] não teve capacidade de percebê-lo, talvez por um excessivo economicismo e por não ter centrado nunca a teorização em torno das formas de Estado que a dominação periférica requer para a sua realização.

No caso de Celso Furtado, intelectual cujo destaque é inquestionável, haverá um reconhecimento dos aspectos sociais e políticos, no momento em que se presencia a ineficácia do desenvolvimento efetivo do capitalismo industrial para resolver os problemas sociais. Pouco antes do golpe de 1964, Furtado identificava os limites do desenvolvimento econômico na periferia, assim como os limites das teses desenvolvimentistas, percebendo que os entraves a melhoria das condições sociais estavam, em grande medida, na percepção das forças sociais:

Quando, já em começos dos anos 60, tomei consciência de que as forças sociais que lutavam pela industrialização não tinham suficiente percepção da gravidade do quadro social do país, e tendiam a aliar-se ao latifundismo e à direita ideológica contra o fantasma das organizações sindicais nascentes, compreendi que muitas águas ainda teriam de correr para que emergisse uma sociedade moderna no Brasil. (FURTADO, 2007, p. 20).

Ainda, percebia Furtado, que a burguesia brasileira, mesmo a sua fração industrial, tendia a aliar-se não com os setores comprometidos com as lutas sociais, com as lutas operárias

e/ou populares, mas sim com o latifúndio, e também com o capital dos países centrais, comprometendo o pressuposto fundamental para se alcançar um desenvolvimento econômico que resultasse na melhoria das condições de vida, a autonomia nacional. O golpe de 1964, que marca a associação das classes dirigentes internas como o capital internacional em detrimento dos setores populares, deixa evidente os limites da conquista da autonomia nacional e a despreocupação com a resolução dos problemas sociais (MANTEGA, 1987).

É importante mencionarmos que a melhoria das condições de vida da população brasileira só é possível, para Furtado, na medida em que se concretize a possibilidade de direcionar o desenvolvimento econômico para beneficiar a população mais carente. Esse direcionamento só é possível na medida em que se conquista a autonomia nacional, superando os elementos da subordinação. Dessa forma, a questão social é inseparável da questão nacional.

3 Novo-desenvolvimentismo: o contexto

O contexto de emergência do atual modelo de desenvolvimento é radicalmente distinto do período do nacional desenvolvimentismo. Se no último tínhamos perspectivas de um desenvolvimentismo de cunho nacionalista, com fortes empresas nacionais, somado com um movimento operário com capacidade organizativa e combativa que tinha no horizonte a luta pela superação do capitalismo, muito devido à existência de um polo, comandado pela União Soviética, oposto ao capitalista, este cenário se altera radicalmente na década de 1960, principalmente para o Brasil e demais países da América Latina.

Os golpes militares em diversos países irão impossibilitar a ação dos movimentos anticapitalistas. Por meio da forte repressão, tratarão de exterminar qualquer movimentação em benefício do socialismo. Esta é uma das características do golpe de 1964 no Brasil e do golpe de 1973 no Chile, por exemplo.

A queda da União Soviética é outro marco profundo para os que tinham a perspectiva da superação do capitalismo. Perdeu-se o referencial de oposição. O mundo assistiu a hegemonia dos Estados Unidos sem nenhuma potência para lhe fazer oposição. Tratava-se, diziam alguns, do “fim da história”, do momento em que se chegava a um modelo definitivo de organização da economia, da política e da sociedade. O que mencionamos acima guarda profundas relações com a crise capitalista inaugurada na década de 1970, de proporções mundiais, cuja saída será um rearranjo das formas de produção e de uma política que vise, a qualquer custo, garantir que esta nova forma de produção e acumulação ocorra: o neoliberalismo. O capitalismo, em sua forma neoliberal, suplanta todas as visões alternativas,

reduzindo o processo de “globalização” unicamente à expansão das práticas neoliberais por todos os continentes. Aos países não desenvolvidos restava a opção de se adaptar (CHESNAIS, 1996), sendo este o período em que emerge o novo-desenvolvimentismo.

3.1 A teoria do novo-desenvolvimentismo

Enquanto teoria, o novo-desenvolvimentismo não pode ser entendido desvinculado de dois processos: o primeiro se trata do declínio do ideário e das políticas do nacional desenvolvimentismo, o que provocaria significativas reformulações; o segundo se refere à pretensão de tornar os países dependentes agentes participantes da “globalização”. Em outras palavras, em impulsionar a participação dos países periféricos no mercado internacional (SAMPAIO JR., 1999).

Quanto ao primeiro aspecto é necessário mencionar que, com o declínio do antigo desenvolvimentismo, emergem as teses “revisionistas” da CEPAL de inspiração neo-estruturalista, que possuem a característica marcante de enxergar na associação com o mercado mundial – mesmo sob a condição de dependente – vantagens significativas para o desenvolvimento do capitalismo no país.⁵ Assim, o que se busca não é mais construir uma “vontade política” em torno do controle social do processo capitalista como queriam os nacionais desenvolvimentistas, mas sim se adequar aos ditames do mercado mundial para se inserir no sistema internacional. Dessa forma,

Em vez de adequar o modo de organização da economia e da sociedade à necessidade de colocar a acumulação de capital a serviço do desenvolvimento nacional, o neo-reformismo da CEPAL passou a defender a necessidade de subordinar o arranjo econômico e social às exigências de uma reinserção dinâmica no comércio internacional. (SAMPAIO JR., 1999, p. 43).

3.2 O novo-desenvolvimentismo e a autonomia nacional

As características do revisionismo exposta acima estarão presentes nas formulações do novo-desenvolvimentismo. É significativo que, enquanto teoria, o ponto de partida dos defensores do novo-desenvolvimentismo no Brasil é se diferenciar e se opor ao neoliberalismo, o que nos faz lembrar o emergir do nacional desenvolvimentismo quando se colocava como alternativa à teoria econômica e às políticas de inspiração neoclássica. As diferentes correntes e institutos serão categóricos ao afirmarem a sua oposição à teoria e à política neoliberal.

⁵ “A avaliação de que a ordem internacional emergente abria importantes nichos de mercado para os produtos oriundos da periferia levou-os a adotar um receituário que defendia a inserção dinâmica das economias periféricas no sistema capitalista mundial”. (SAMPAIO JR., 1999, p. 40).

A teoria do novo-desenvolvimentismo no Brasil é presente em universidades e institutos como Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, Instituto de Economia da Universidade de Campinas, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (MATTEI, 2011; CARNEIRO, 2013). Sem ter o objetivo de diferenciar os fundamentos econômicos de cada instituto e de seus intelectuais, é importante identificar os aspectos mais significativos – para nossos objetivos, aqueles que os unem, formando assim um conjunto de ideias comuns que o caracterizam. E mais do que qualquer outro elemento, o que os assemelham é a identificação teórica com as teses keynesianas e do nacional desenvolvimentismo.

O novo desenvolvimentismo é um “terceiro discurso” entre o velho discurso desenvolvimentista e a ortodoxia convencional. É a alternativa à ortodoxia convencional que vem se desenvolvendo na América Latina desde o início dos anos 2000, com a participação dos economistas keynesianos e economistas do desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2011, p. 17).

E a pretensão de ser uma alternativa ao fracasso das políticas neoliberais e suas consequências sociais:

O debate sobre o desenvolvimento retomou seu espaço na agenda pública em todo o mundo e, mais particularmente, na América Latina, devido a dois fatores básicos: o fracasso das reformas políticas e econômicas das duas últimas décadas do Século XX propostas pelas agências multilaterais (FMI e Banco Mundial) e o grave problema social decorrente da exclusão de milhões de pessoas do acesso aos mercados (trabalho, de bens, etc.) e aos serviços básicos, como saúde, educação, habitação e saneamento. (MATTEI, 2011, p. 8).

Portanto, trata-se de uma teoria que se distingue da ortodoxia convencional⁶ e emerge do “fracasso” das políticas inspiradas pela ortodoxia econômica. Assim, ela possui dois objetivos gerais: 1) ser uma estratégia, que visa o crescimento econômico, alternativa à política econômica ortodoxa que inspira o neoliberalismo e ao antigo desenvolvimentismo; 2) corrigir os problemas sociais gerados pelas políticas neoliberais.

A diferenciação entre o novo-desenvolvimentismo e o nacional desenvolvimentismo inclui os seguintes aspectos: o primeiro é crítico quanto ao protecionismo praticado pelo segundo, pois impedia o avanço tecnológico e a competitividade das empresas nacionais; diferente do antigo desenvolvimentismo que mesmo com o protecionismo praticado não conseguiu fazer com que as empresas privadas nacionais alcançassem patamar de

⁶ Ortodoxia convencional é a categoria atribuída por Bresser-Pereira (2010, p. 26) para designar “[...] o meio pelo qual os Estados Unidos, no nível das políticas e instituições econômicas, expressam sua hegemonia ideológica sobre o resto do mundo e principalmente sobre os países em desenvolvimento dependentes que carecem de nações suficientemente fortes para desafiar essa hegemonia, como tradicionalmente tem acontecido com os países latino-americanos.”

competitividade internacional, no atual desenvolvimentismo as empresas privadas internas – principalmente os setores produtivos – devem ser estimuladas para melhorar sua competitividade e inserção internacional.

Em relação ao papel do Estado também há significativa diferença. Se no antigo desenvolvimentismo o Estado assumia um papel central como um agente interventor, atuando quase como um empresário, na teoria do novo-desenvolvimentismo as suas funções serão outras: a) regular a economia, estimulando e direcionando o mercado e o sistema financeiro rumo ao desenvolvimento e não aos investimentos especulativos; b) realizar a gestão pública de forma eficiente e com responsabilidade; c) implementar políticas macroeconômicas defensivas e em favor do crescimento; d) adotar políticas que estimulem a competitividade da indústria e que melhorem sua inserção no mercado internacional; e) adotar um sistema tributário progressivo, que reduza as desigualdades de renda (MATTEI, 2011, p. 11).

Em teoria, tal postura do Estado, assim como alguns pressupostos mencionados sobre o novo-desenvolvimentismo – como regular a economia, privilegiar a indústria e os investimentos produtivos ao invés dos especulativos, entre outros – se diferencia do neoliberalismo. Trata-se, portanto, da pretensão de se superar a ortodoxia convencional, por meio de uma ideologia e prática econômica distintas.

Na medida em que a ortodoxia convencional é a expressão prática da ideologia neoliberal, ela é a ideologia do mercado contra o Estado. Enquanto o novo desenvolvimentismo deseja um Estado forte e um mercado forte e não vê nenhuma contradição entre eles, a ortodoxia convencional deseja fortalecer o mercado enfraquecendo o Estado, como se as duas instituições fossem parte de um jogo de soma zero. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 26).

A associação entre mercado e Estado proposta pela teoria do novo-desenvolvimentismo, ocorre, concretamente, no impulso fornecido pelo Estado à expansão das empresas internas, visando fortalecer sua participação no comércio internacional. Perde-se, nessa formulação teórica, qualquer semelhança com o nacional desenvolvimentismo. Enquanto o último pretendia, acima de tudo, conquistar a autonomia nacional, o novo-desenvolvimentismo reduz o conceito de nação, de autonomia, apenas à capacidade do Estado controlar as taxas de câmbio e demais mecanismos macroeconômicos.

O novo desenvolvimentismo vê a nação como uma sociedade nacional, com um sentido de destino comum e de solidariedade *quando compete internacionalmente*, como o ator fundamental que define uma estratégia de crescimento. Vê como a instituição fundamental para esse crescimento a estratégia nacional de desenvolvimento, *que cria incentivos para os empresários inovarem e investirem*. Dá prioridade aos setores exportadores e a setores caracterizados por um alto valor agregado per capita, ou seja, setores com alto conteúdo tecnológico ou de conhecimento” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 31. Grifos nossos).

O conceito de nação é distinto do formulado pelo nacional desenvolvimentismo, agora reduzido à inserção de empresas internas no mercado mundial. Não se questiona mais a relação centro-periferia, ou a condição de dependência. Pretende-se, apenas, fortalecer setores estratégicos para competir internacionalmente.

3.3 O novo-desenvolvimentismo e a questão social (“social-desenvolvimentismo”)

O ano de 2013 foi de comemoração para o Partido dos Trabalhadores (PT). Exaltava-se o fato de o partido ter completado dez anos na liderança do governo. Comemorava-se também um cenário de dez anos de práticas políticas oposto às neoliberais, assim também como um novo modelo de desenvolvimento. É das publicações dessa comemoração que encontramos argumentos que vinculam o novo-desenvolvimentismo, ao governo liderado pelo PT e sua prática política. Em documentos como *O Decênio que mudou o Brasil* e obras como *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil* encontramos o conceito *desenvolvimentismo* – que em 2013 já deve ser acrescentado o prefixo “novo” – e de *pós-neoliberalismo*. Fica evidente, nesses trabalhos, a associação do desenvolvimentismo proposto e praticado pelo governo liderado pelo PT como uma política econômica superadora, ou que difere substancialmente do neoliberalismo. Vejamos o que diz um documento elabora pelo Partido:

Na contracorrente dos governos neoliberais emergiu o projeto desenvolvimentista que desde 2003 ousou inverter as prioridades até então perseguidas. Assim, para que houvesse crescimento sustentável da produção nacional, a distribuição da renda se tornou o imperativo nacional. E, com isso, a possibilidade de viabilizar o projeto de Brasil para todos, cujo processo de inclusão social se transformou em mola propulsora da economia. (O DECÊNIO QUE MUDOU O BRASIL, 2013, p. 13).

Os pressupostos ficam mais evidentes quando analisamos textos e dados fornecidos por autores estritamente ligados aos Governos de Lula (2002-2010) e de Dilma Rousseff (2010-2016), como Aloizio Mercadante - que exerceu o cargo de Ministro da Casa Civil, e Nelson Barbosa - que comandou a pasta do Planejamento, ambos no segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff. A passagem abaixo com os dados fornecidos por Mercadante enfatiza a influência que a teoria novo-desenvolvimentismo exerce sobre a política econômica, isso por sua pretensão à superação do neoliberalismo e pela característica social dada ao modelo:

O programa de governo procurava articular três eixos: o social, o democrático e o nacional. Orientando para promover a inserção internacional soberana do Brasil, propugnava por uma ruptura com as políticas neoliberais, que já mostravam desgaste profundo em toda a América Latina. Essa ruptura envolvia mudanças estruturais do país. Outra parte das mudanças estruturais visava constituir um novo padrão de desenvolvimento, tornando, como já dissemos, o social o eixo estruturante do crescimento econômico. (MERCADANTE, 2010c, p. 3).

No entanto, segundo o autor, tal modelo econômico não conseguiu se efetivar de imediato com a eleição de Lula em 2002. Devido às incertezas geradas pela vitória do candidato, foi necessário dar continuidade a políticas econômicas oriundas do Governo Fernando Henrique Cardoso e optar por uma transformação gradual ao invés de uma ruptura (IBIDEM).

Contudo, já no segundo mandato de Lula, a política do novo-desenvolvimentismo consegue se estabelecer, e nos parece que com o primeiro mandato de Dilma Rousseff ela se concretiza, tanto que a passagem abaixo de Mercadante evidencia a concretização do projeto, e mais, de ser o social, como entende o autor, o eixo da estratégia:

Estabelecemos outra diretriz fundamental: a construção de um mercado de consumo de massas. À medida que reduzimos a vulnerabilidade externa, a fragilidade fiscal, e mantivemos a estabilidade da economia, criamos condições para construir um mercado de consumo de massas. *Esta era a grande diretriz econômica do nosso governo: criar um mercado interno forte, um mercado de massas.* Com isso, tiramos 20 milhões de pessoas da pobreza, conseguimos aumentar consideravelmente a população ocupada, geramos 7.700.000 postos de trabalho, aumentamos a massa salarial em 16,8%, o salário mínimo real cresceu 38,6%, o consumo das famílias em 37,1%, quer dizer, desenvolvemos um ritmo chinês de crescimento. (Grifo nosso). (MERCADANTE, 2010a, p. 43).

Para o autor a consolidação de um mercado interno de massas é um dos elementos que iria diminuir a fragilidade do país diante da crise internacional que eclodiu em 2007 (MERCADANTE, 2010b). Assim é possível identificar a adesão do governo e de suas práticas políticas ao ideário do novo-desenvolvimentismo, principalmente no aspecto da efetivação de uma demanda, da criação de um mercado consumidor interno. Este parece ser o eixo sobre o qual emerge a possibilidade das políticas econômicas, tornando-se até o mecanismo principal de proteção do país diante da crise econômica de 2007⁷.

Nelson Barbosa (2013), quando questionado sobre as consequências da crise econômica para o Brasil, também aposta no mercado interno:

Do ponto de vista de longo prazo, o país continua tendo um grande potencial de crescimento com base no seu mercado interno. Continuamos tendo um grande potencial de aumento de investimentos, de aumento de produtividade e de integração de mais pessoas no mercado de consumo de massa, no mercado de trabalho e no mercado de crédito, que é o que conta para o futuro da nossa economia. (BARBOSA, 2013, s.p.).

⁷ Lembremos do pronunciamento em rede nacional do então presidente Lula durante a crise, no fim do ano de 2008: “E você, meu amigo e minha amiga, não tenha medo de consumir com responsabilidade. Se você está com dívidas, procure antes equilibrar seu orçamento. Mas se tem um dinheiro no bolso ou recebeu o décimo terceiro, e está querendo comprar uma geladeira, um fogão ou trocar de carro, não frustre seu sonho, com medo do futuro. Porque se você não comprar, o comércio não vende. Se a loja não vender, não fará novas encomendas à fábrica. E aí a fábrica produzirá menos e, a médio prazo, o seu emprego poderá estar em risco. Assim, quando você e sua família compram um bem, não estão só realizando um sonho. Estão também contribuindo para manter a roda da economia girando. E isso é bom para todos.” SILVA, Luis Inácio “Lula” da. *Lula diz como enfrentaria a crise em 2009, Discurso de Natal de 2008*, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QN XOQNwbkc0> acesso em: 28/06/2015.

Os neo-desenvolvimentistas ligados diretamente ao governo liderado pelo PT, como Barbosa por exemplo, ressaltam que mais do que uma estratégia puramente macroeconômica – como definiu Bresser-Pereira, como vimos – a estratégia de desenvolvimento realizada pelos governos Lula e Dilma tem como finalidade o bem-estar social, considerando os instrumentos macroeconômicos como um meio e não um fim.

Então temos que reindustrializar o Brasil? Sim, temos que reindustrializar o Brasil. Temos que ter inflação baixa e estável? Sim, temos que ter inflação baixa e estável. Mas reindustrialização e controle da inflação tem que ser compatíveis com o aumento do bem-estar da população. O instrumento não é o fim, ter uma indústria que represente 20% do PIB é um instrumento para melhorado bem-estar da população. Ter um resultado primário de 2% do PIB é um instrumento para melhorar a qualidade de vida da população, não é um fim em si mesmo. Às vezes, no debate macroeconômico, meios e fins ficam misturados. (BARBOSA, 2013).

Barbosa nos passa a ideia de que potencializar o mercado consumidor interno – que é entendido como inclusão social – se trata de um instrumento para um fim que é o crescimento econômico e a proteção possível do país diante das oscilações do capitalismo em crise. Esta forma de pensar encontra sua síntese em frases como “os pobres e os trabalhadores são solução e não problema” dita por Lula e torna possível associar as políticas neo-desenvolvimentistas com “um projeto mais próximo dos ideais trabalhistas” (Barbosa, 2013).

4 Considerações finais

O nacional desenvolvimentismo marcou o pensamento econômico brasileiro. Demonstrou as relações estruturais entre centro e periferia e enfatizou a necessidade de se construir uma estratégia de desenvolvimento que não estivesse submetida as oscilações do comércio mundial, daí a industrialização como principal objetivo. Para essa teoria, conquistar espaços de decisões autônomos era a condição necessária para que o desenvolvimento econômico beneficiasse ampla parcela da população, na medida em que superar o subdesenvolvimento era não só conquistar o crescimento econômico, mas a melhoria geral dos padrões de vida do conjunto da sociedade brasileira. Assim, a questão social está subordinada ao desenvolvimento econômico, mas somente na medida em que se consolida a autonomia da nação. Contudo, a questão social ainda permanece atrelada à efetivação de um mercado interno consumidor, não se atentando a eventual necessidade de políticas públicas específicas de enfrentamento da desigualdade e da pobreza.

Para o novo-desenvolvimentismo a questão da conquista da autonomia se perde, pois se entende que essa já foi alcançada devido a ser internamente que se decide os rumos das políticas

macroeconômicas, principalmente a definição de uma taxa de câmbio que impulsiona as exportações e a inserção internacional das empresas internas. O termo autonomia não aparece nas discussões do novo modelo de desenvolvimento, a associação com o capital internacional passa a ser privilegiada.

A questão social, para o novo-desenvolvimentismo (social-desenvolvimentismo), é elemento que impulsiona o desenvolvimento econômico. Em teoria, é possível considerar que diferente do nacional desenvolvimentismo – em que a melhoria social era resultado do desenvolvimento econômico – no atual modelo, o desenvolvimento econômico é resultado da introdução de ampla parcela da população no mercado consumidor. De forma semelhante aos economistas do nacional desenvolvimentismo, a melhoria de vida da população está atrelada à inserção de indivíduos nas relações efetivas de mercado.

A questão que propomos colocar – para em outro momento desenvolver – é: em que medida é possível se falar em uma política econômica que se pautar pela questão social sem se construir um espaço autônomo de decisão como queriam os teóricos do nacional desenvolvimentismo?

Ora, a questão da autonomia é central, e nos parece visível que ela não foi alcançada como pensam os novos desenvolvimentistas. Ela não se reduz a políticas macroeconômicas, mas à capacidade de direcionar o desenvolvimento econômico para as necessidades da população. Quando presenciamos um cenário de crise como o de 2015-17, fica evidente que para garantir investimentos e a retomada do crescimento – de modo a não questionar o capital internacional – as políticas econômicas a serem seguidas são justamente aquelas que prejudicam os setores que mais necessitam de políticas sociais, políticas de ajuste ao mercado global. Políticas econômicas que não são elaboradas de forma autônoma, mas em acordo com as exigências do capital internacional, do modelo de classificação e acumulação vigente. Não se apresenta espaço para uma efetiva autonomia.

Deste modo, o aspecto central continua a ser o da conquista da autonomia nacional, como pensavam os teóricos do nacional desenvolvimentismo. Resta verificar em que medida isso é possível no capitalismo contemporâneo.

5 Referências bibliográficas

BARBOSA, Nelson. **Debate econômico no Brasil ainda é preso ao passado**. Disponível em: <http://www.zedirceu.com.br/debate-economico-no-brasil-ainda-e-presao-passado/>. Acesso: 17 set. 2013.

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto. 2012.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O velho e o Novo Desenvolvimentismo**. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=4437>. 2010. Acesso: 17 set. 2013.
- CARNEIRO, Henrique. **Velhos e novos desenvolvimentismos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2013.
- FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1962.
- _____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. **O Capitalismo Global**. 7. Ed. São Paulo: Paz e Terra. 1998.
- IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971.
- MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1984.
- MATTEI, Lauro. **Gênese e agenda do “novo desenvolvimentismo brasileiro”**. IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, Rio de Janeiro, 2011.
- MERCADANTE, Aloizio. **Mudanças para um novo modelo de desenvolvimento**. In: 2003-2010 O Brasil em transformação, Vol. 1. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010a.
- _____. **Crise mundial: crise estrutural**. In: 2003-2010 O Brasil em transformação, Vol. 1. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010b.
- _____. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)**. Tese de doutoramento do Instituto de Economia da Unicamp, 2010c.
- O DECÊNIO QUE MUDOU O BRASIL*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2013.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado**. São Paulo: Boitempo, 2003b.
- PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2010.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- _____. **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa**. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112. 2012.